

**Processo seletivo – 2021**  
**PROGRAMA DE ESTÁGIO FORENSE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
DE NOVA IGUAÇU**

## **INSTRUÇÕES**

---

As páginas deste **caderno de questões** estão numeradas sequencialmente e contêm 50 questões.

Direito Constitucional (Questões 01 - 20)

Direito Administrativo (Questões 21 – 35)

Direito Processual Civil (Questões 36 – 50)

## **ATENÇÃO!**

1. Use a **máscara corretamente** cobrindo nariz e boca.
2. Verifique se a paginação deste caderno está correta.
3. Verifique no cartão de respostas se seu nome e número de inscrição estão corretos.
4. Observe as recomendações impressas no cartão de respostas.
5. Leia atentamente cada questão e assinale no cartão de respostas a opção que a responde corretamente.
6. Você dispõe de quatro horas para fazer a prova, inclusive a marcação do cartão de respostas.
7. Após o término da prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas devidamente assinado.
8. O gabarito será divulgado no Diário Oficial do Município de Nova Iguaçu e no endereço eletrônico: [www.novaiguacu.rj.gov.br/pgm/estagio-forense/](http://www.novaiguacu.rj.gov.br/pgm/estagio-forense/)
9. Use somente **caneta esferográfica azul ou preta** de material transparente.

## **CALENDÁRIO PREVISTO**

---

Divulgação do gabarito: 08/02/2022

Prazo recursal: 09/02/2022 e 10/02/2022

## **Realização**

---

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS (CEJUR) DA PROCURADORIA GERAL DO  
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1. São elementos constitutivos do Estado, exceto:

- a) povo
- b) cidadãos
- c) soberania
- d) território

2. Considere o seguinte caso hipotético:

Professor Zezinho, Deputado Federal, em conversa com seu assessor, afirmou que considera um equívoco que pessoas analfabetas possam participar ativamente das eleições. Segundo o Parlamentar, elas são facilmente ludibriadas e acabam elegendo maus governantes. O assessor sugeriu que ele propusesse emenda à constituição, a fim de que só pudessem votar aqueles que pelo menos tivessem concluído o ensino fundamental. O Deputado acolheu a ideia e protocolou proposta de emenda constitucional (PEC) tal como aconselhado. Entretanto, ao ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, a PEC foi considerada inconstitucional, ao argumento de que o voto universal é cláusula pétrea.

Ao assim proceder, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados agiu:

- a) desacertadamente, pois o voto universal não é cláusula pétrea.
- b) desacertadamente, pois o poder constituinte reformador é ilimitado.
- c) acertadamente, pois o voto universal é cláusula pétrea e, portanto, constitui limite formal ao poder constituinte decorrente.
- d) acertadamente, pois o voto universal é cláusula pétrea e, portanto, constitui limite material ao poder constituinte reformador.

3. Quanto à estabilidade, a Constituição Federal brasileira de 1988 é classificada como:

- a) ortodoxa
- b) semirrígida
- c) rígida
- d) flexível

4. Pedro e João, acadêmicos do curso de Direito, travaram intensa discussão acerca da (im)possibilidade de declaração de inconstitucionalidade de norma constitucional originária em face de outra. O primeiro afirmava que há hierarquia entre normas constitucionais originárias, enquanto que o segundo asseverava que não há hierarquia e eventual conflito entre normas constitucionais originárias deve ser sanado por meio da tarefa hermenêutica. O professor da disciplina de direito constitucional chegou à sala e, ao ser indagado a respeito do tema, explicou corretamente que:

- a) não é possível a declaração de inconstitucionalidade de norma constitucional originária em face de outra, em razão do princípio da unidade da constituição.
- b) não é possível a declaração de inconstitucionalidade de norma constitucional originária em face de outra, em razão do princípio da concordância prática ou harmonização.
- c) é possível a declaração de inconstitucionalidade de norma constitucional originária em face de outra, pois as cláusulas pétreas são hierarquicamente superiores às demais.
- d) é possível a declaração de inconstitucionalidade de norma constitucional originária em face de outra, pois as normas de direitos e garantias individuais são hierarquicamente superiores às demais.

5. As decisões definitivas prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de ação direta de inconstitucionalidade possuem os seguintes efeitos, exceto:

- a) *erga omnes*
- b) *ex nunc*, em regra
- c) *ex tunc*, em regra
- d) vinculantes

6. Com relação à federação brasileira, é correto afirmar que:

- a) a União é autônoma e soberana.
- b) os municípios não possuem autonomia política.
- c) o Distrito Federal é a capital federal e integra a federação brasileira.
- d) apenas a República Federativa do Brasil é soberana.

7. Considere o seguinte caso hipotético:

Determinado governador de estado, durante sua campanha eleitoral, prometeu maior proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. A fim de dar cumprimento ao prometido, reuniu sua assessoria jurídica para sanar algumas dúvidas a respeito do tema. A equipe técnica esclareceu que tal matéria é de competência concorrente entre a União, estados e Distrito Federal e, que até aquele momento, a União ainda não havia editado norma geral sobre o assunto. O governador, preocupado com a inércia da União, indagou: (i) se a inexistência de norma geral obstaria que o estado editasse lei acerca do tema e; (ii) caso possível, o que ocorreria se posteriormente a União editasse lei traçando normas gerais que conflitasse, em parte, com a referida lei estadual.

Nesse caso, a assessoria jurídica do governador deveria explicá-lo, corretamente, que:

a) o estado não pode editar lei enquanto a União não editar norma geral acerca do assunto.

b) é possível que o estado exerça sua competência legislativa plena e os dispositivos da lei estadual que conflitem com a superveniente lei federal serão revogados tacitamente.

c) é possível que o estado exerça sua competência legislativa plena e os dispositivos da lei estadual que conflitem com a superveniente lei federal serão suspensos.

d) é possível que o estado exerça sua competência legislativa plena, mas a superveniente lei federal iria revogar integralmente a lei estadual, independentemente de o conflito ser apenas parcial.

8. A respeito das funções típicas e atípicas dos Poderes da República, é correto afirmar que:

a) o Poder Legislativo tem por função atípica administrar e julgar, apenas.

b) o Poder Legislativo tem por função típica legislar, apenas.

c) o Poder Legislativo tem por função típica legislar e atípica exercer o controle externo do Poder Executivo.

d) o Poder Judiciário não exerce função atípica.

9. Podem propor emenda à Constituição Federal, exceto:

a) Presidente da República.

b) Procurador-Geral da República.

c) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

d) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

10. O Presidente da República possui diversas atribuições, dentre elas sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução. Esse último é conhecido como decreto regulamentar ou decreto executivo. Porém há também o chamado decreto autônomo, por meio do qual o Chefe do Poder Executivo pode dispor sobre:

- a) decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional.
- b) condecorações e distinções honoríficas.
- c) tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- d) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

11. A Emenda Constitucional nº 45 de 2004 incluiu o artigo 103-A na Constituição Federal. Tal dispositivo prevê que o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante. Essas súmulas, segundo a Carta Magna, vinculam a atuação de diversos órgãos, exceto:

- a) da administração pública indireta
- b) da administração pública direta estadual
- c) do Supremo Tribunal Federal
- d) do Conselho Nacional de Justiça

12. À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca da Advocacia Pública, é correto afirmar que:

- a) aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

b) aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada vitaliciedade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

c) aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

d) aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

13. Considere o seguinte caso hipotético:

O Prefeito de Nova Iguaçu, sensibilizado com a crise econômica advinda da pandemia do COVID-19, pretende apresentar projeto de lei na Câmara de Vereadores do Município, com o objetivo de reduzir a alíquota do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), de modo a beneficiar determinados prestadores de serviços que, no entendimento do Chefe do Executivo Municipal, seriam cruciais para a retomada do crescimento econômico. Em reunião, o Prefeito perguntou ao Procurador-Geral do Município, quando, de fato, os prestadores de serviços agraciados passariam a recolher o imposto já com alíquota reduzida, caso a lei fosse aprovada e publicada em fevereiro de 2022.

Guiando-se tão somente pelos princípios constitucionais tributários, o Procurador-Geral respondeu corretamente que a alíquota reduzida incidiria:

- a) apenas no ano seguinte ao da publicação da referida lei, ou seja, apenas em 2023.

b) após 90 (noventa) dias da publicação da referida lei.

c) na data de sua publicação, caso a referida lei contenha dispositivo expresso nesse sentido.

d) nenhuma das alternativas anteriores.

14. Quanto aos orçamentos públicos, leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão, exceto:

a) o plano plurianual

b) o plano regional de produto interno bruto

c) as diretrizes orçamentárias

d) os orçamentos anuais

15. Considere o seguinte caso hipotético:

Carlos Valez e Andrea Velasco, casal de argentinos, passavam férias no Rio de Janeiro. Andrea, grávida de nove meses, durante visita ao Cristo Redentor, começou a sentir contrações. A turista foi levada ao hospital mais próximo, ocasião em que nasceu seu filho, Juan Velasco Valez.

Acerca da nacionalidade, Juan:

a) será considerado brasileiro naturalizado

b) poderá ser brasileiro nato, desde que venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira

c) poderá ser brasileiro nato, desde que seja registrado em repartição brasileira competente

d) será considerado brasileiro nato

16. O direito de reunião é considerado fundamental pela Constituição Federal brasileira. Para o regular exercício dessa liberdade pública, a Carta Política exige, exceto:

a) prévio aviso à autoridade competente.

b) expressa autorização da autoridade competente.

c) que reunião seja pacífica e sem armas.

d) que a reunião pretendida não frustrasse outra anteriormente convocada para o mesmo local.

17. Considere o seguinte caso hipotético:

Um advogado compareceu em determinado órgão público para examinar os autos de um processo administrativo que corria em desfavor de seu cliente. Ao perceber que o caso demandaria análise mais profunda da documentação que instruíra os autos, achou por bem fotografar todas as peças produzidas. Todavia, o agente público que o atendia informou-lhe que era proibido extrair qualquer tipo de cópia dos documentos. O causídico, então, esclareceu ao atendente que a Lei Federal nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia), conferia-lhe, expressamente, o direito à obtenção de cópias dos autos de qualquer processo que não houvesse decretação de sigilo ou segredo de justiça. Mesmo assim, o servidor insistiu na negativa.

Diante desse cenário, o advogado poderia impetrar, corretamente, o seguinte remédio constitucional:

a) mandado de segurança

b) habeas data

c) mandado de injunção

d) ação civil pública

18. Com relação às propostas de emendas constitucionais, após discutidas e votadas em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, serão consideradas aprovadas se obtiverem, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros. Após aprovação, seguirá para que:

a) seja sancionada e promulgada pelo Presidente da República.

b) seja promulgada pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

c) seja promulgada pelo Presidente do Senado Federal.

d) seja promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

19. De acordo com a Constituição Federal, é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão se dará nos seguintes casos, exceto:

a) cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.

b) incapacidade civil relativa.

c) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

d) recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII.

20. Nos termos da Constituição Federal, é parte legítima para propor ação popular com vistas à anulação de ato lesivo ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural:

a) a associação de moradores do local do dano

b) a Defensoria Pública

c) o Ministério Público

d) qualquer cidadão

### DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Considerando as medidas de organização da Administração Pública, tem-se que:

a) desconcentração pressupõe a criação de outros entes públicos ou privados integrantes da estrutura administrativa.

b) descentralização refere-se à mera realocação de competências dentro da estrutura da administração direta.

c) os órgãos criados pela desconcentração têm personalidade jurídica própria.

d) a criação de uma secretaria municipal é hipótese de desconcentração.

22. Em relação aos princípios que regem a atuação da Administração Pública, é correto afirmar que:

a) os princípios da eficiência e da moralidade não são passíveis de serem objeto de controle por órgãos externos, dado seu conteúdo desprovido de elementos concretos.

b) a busca de melhores resultados, menos desperdícios e maior produtividade decorre do princípio da segurança jurídica.

c) tratar a todos sem favoritismos, perseguições e simpatias, ou seja, não beneficiar ou prejudicar alguém em especial traduz fielmente o princípio da impessoalidade na administração pública.

d) são aplicáveis à Administração Pública tão somente os princípios mencionados no caput do art. 37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

23. Robson, servidor da Secretaria Municipal de Obras, atende a pedidos de recapeamento de ruas mediante o recebimento direto de valor em espécie pago pelo interessado na obra. Nesse caso hipotético, o servidor desrespeitou o seguinte princípio:

a) publicidade.

b) moralidade.

c) eficiência.

d) segurança Jurídica.

24. Uma das características da sociedade de economia mista é:

a) somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de sociedade de economia mista.

- b) a constituição de sociedade de economia mista é livre, devendo apenas ser dada ciência à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- c) a sociedade de economia mista é constituída por capital exclusivamente público.
- d) a sociedade de economia mista poderá ser constituída em qualquer uma das modalidades empresariais.

25. Bruno, agente de fiscalização ambiental do Município de Nova Iguaçu, no exercício da função, fiscalizava o corte de árvores por particulares em uma rua pública para garantir o cumprimento da legislação ambiental. Ao verificar uma irregularidade cometida pelo particular fiscalizado, Bruno providenciou a lavratura de auto de infração. A conduta do agente público, na hipótese descrita, encontra fundamento no poder administrativo

- a) de polícia, que autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse público.
- b) hierárquico, que autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse público.
- c) regulamentar, que autoriza a Administração Pública a fiscalizar e punir o particular que viole o interesse privado.
- d) disciplinar, que estabelece regras gerais para o uso da propriedade privada.

26. Dois alunos de uma escola pública do Município de Nova Iguaçu se feriram em razão do desabamento do telhado - mal conservado - da escola. Nessa hipótese, o Município:

- a) será responsabilizado objetivamente se provada a culpa dos agentes públicos responsáveis pela manutenção/conservação da escola.

- b) será responsabilizado objetivamente, uma vez que os danos foram causados nas dependências de um órgão público, não havendo que se demonstrar culpa dos agentes públicos.
- c) será responsabilizado sob a modalidade do risco integral, não admitindo qualquer excludente ou atenuante de responsabilidade.
- d) não é passível de responsabilização em sede judicial.

27. A Lei 2.378 de 29 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Funcionários do Município de Nova Iguaçu - dispõe que a exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

- a) por demissão ou falecimento.
- b) por demissão ou ascensão.
- c) a juízo da autoridade competente ou a pedido do próprio funcionário.
- d) por readaptação ou ascensão.

28. A respeito dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- a) os empregados públicos são agentes que ocupam de cargo público.
- b) os servidores estatutários se submetem a um regime jurídico estabelecido pela respectiva unidade da Federação.
- c) os particulares que atuam em colaboração com a Administração, tais como os mesários, são agentes públicos, mas não exercem função pública.
- d) os ocupantes de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração são considerados agentes políticos.

29. Gustavo é servidor público da Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu e está lotado na Procuradoria Tributária. Após estudo estratégico de pessoal de toda a PGM, constatou-

se a carência de servidores na Procuradoria de Serviços Públicos, razão pela qual o Procurador Geral determinou a remoção do servidor para esse órgão. Insatisfeito, Gustavo impetrou Mandado de Segurança, pleiteando a manutenção de sua lotação na Procuradoria Tributária. Nesse caso, a pretensão de Gustavo deve ser:

- a) acolhida, porque a remoção é ato administrativo vinculado, motivo pelo qual o Poder Judiciário deve controlar tanto o mérito, como a legalidade do ato.
- b) acolhida, porque o ato de remoção denota flagrante abuso de poder.
- c) rejeitada, porque, apesar de a remoção ser um ato administrativo vinculado, o Poder Judiciário deve sempre exercer o juízo de oportunidade e conveniência.
- d) rejeitada, porque a remoção é ato administrativo discricionário, motivo pelo qual o Poder Judiciário, em regra, deve controlar apenas a legalidade do ato.

30. No âmbito do direito administrativo, a autoexecutoriedade dos atos administrativos é caracterizada pela possibilidade de a administração pública:

- a) executar suas decisões por meios coercitivos próprios, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- b) revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência e oportunidade.
- c) anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- d) impor os atos administrativos a terceiros, independentemente de sua concordância.

31. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93:

- a) concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto
- b) tomada de preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
- c) concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- d) leilão é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

32. Conforme preconizado na Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que a licitação é dispensável:

- a) para a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- b) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- c) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- d) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.



33. Assinale a opção que apresenta exemplo de cláusula exorbitante em contrato administrativo.

- a) licitação na modalidade tomada de preços.
- b) licitação na modalidade concorrência.
- c) fiscalizar a execução do contrato.
- d) execução indireta pelo regime de empreitada por preço global.

34. Em relação ao processo administrativo é correto afirmar:

- a) o processo administrativo, na busca pela celeridade, permite a renúncia total ou parcial de competências independentemente de lei.
- b) o processo administrativo, em regra, é sigiloso.
- c) o processo administrativo pode ser impulsionado de ofício, sem prejuízo da atuação dos interessados.
- d) o servidor que tenha interesse direto ou indireto na matéria não está impedido de atuar no processo administrativo.

35. Luis, servidor público da Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu, descumpriu normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parceria firmada pela Procuradoria com entidade privada. Considerando a situação hipotética e as disposições da Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que a conduta de Luis:

- a) não caracteriza ato de improbidade administrativa.
- b) caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- c) caracteriza ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- d) caracteriza ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

36. Mévio, menor com 17 anos de idade, desejava propor ação indenizatória em face do Município de Nova Iguaçu em razão de acidente de trânsito causado por agente Municipal, que lhe causou lesões corporais. Para tanto, outorgou instrumento de mandato a advogado, sem estar assistido pelo seu representante legal. Após o ajuizamento da ação, é possível afirmar:

- a) existe vício processual por falta de capacidade de ser parte, em relação ao autor.
- b) existe vício processual por falta de capacidade para estar em juízo, em relação ao autor.
- c) existe vício processual por falta de capacidade postulatória.
- d) não existe vício processual.

37. Dentre os recursos previstos no Código de Processo Civil, é correto afirmar que os embargos de declaração:

- a) podem ser opostos contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, inclusive em face de despachos.
- b) serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, mediante preparo.
- c) possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- d) Todas as opções estão corretas.

38. Segundo o Código de Processo Civil, o juiz proferirá as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias, bem como poderá, nas causas que dispensem a fase instrutória, independentemente de citação do réu, julgar liminarmente improcedente o pedido, se verificar, desde logo, a ocorrência de prescrição ou decadência. Tais regras processuais encerram a aplicação do seguinte princípio constitucional:

- a) isonomia
- b) ampla defesa
- c) duração razoável do processo
- d) inafastabilidade da jurisdição

39. Segundo o Código de Processo Civil, é vedado ao juiz condenar o réu a pagar quantia superior àquela pedida na petição inicial. Tal regra processual é decorrente da seguinte característica da jurisdição:

- a) inércia
- b) substitutividade
- c) contenciosidade
- d) nenhuma das opções acima

40. O artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal, proíbe a lei de excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Essa regra constitucional insculpe o seguinte princípio constitucional:

- a) duração razoável do processo
- b) ampla defesa
- c) Inafastabilidade da jurisdição
- d) todas as opções acima

41. Caio, domiciliado no Município de Nova Iguaçu - RJ, celebrou, através de aplicativo de mensagens, contrato de mútuo com Tício, seu amigo de infância, atualmente domiciliado no Município de São Paulo – SP, tendo sido acordado que o valor de R\$ 10 (dez) mil seria devolvido no prazo de seis meses. Diante do inadimplemento de Tício, Caio decide propor ação de cobrança. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar:

- a) Caio poderá propor a ação em Nova Iguaçu ou em São Paulo.
- b) Caio deverá propor a ação em São Paulo.
- c) Caio deverá propor a ação em Nova Iguaçu.

d) Caio não poderá propor ação, pois o contrato é inválido.

42. De acordo com o artigo 1.015 do Código de Processo Civil, cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

- a) tutelas provisórias.
- b) incidente de descon sideração da personalidade jurídica.
- c) rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação.
- d) todas as opções acima.

43. Mévio e Tício são ocupantes do cargo de auxiliar de serviços gerais no Município de Nova Iguaçu e entendem que fazem jus ao pagamento de adicional de insalubridade, tendo em vista que lidam diariamente com resíduos. Em razão disso, decidem propor ação judicial em conjunto em face do Município de Nova Iguaçu. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar a existência de:

- a) litisconsórcio ativo necessário
- b) litisconsórcio passivo necessário
- c) litisconsórcio ativo facultativo
- d) litisconsórcio passivo facultativo

44. Gertrudes, domiciliada no Município de Nova Iguaçu, foi informada que sua casa de praia, localizada no Município de Rio das Ostras, foi invadida por seu ex-namorado, Aristeu, domiciliado no Município de Mesquita. Gertrudes decide propor ação de reintegração de posse em face do invasor. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar:

- a) Gertrudes poderá propor a ação em Nova Iguaçu, Mesquita ou Rio das Ostras.
- b) Gertrudes deverá propor a ação em Mesquita.

c) Gertrudes poderá propor a ação em Mesquita ou Rio das Ostras.

d) Gertrudes deverá propor a ação em Rio das Ostras.

45. Asdrúbal propôs ação indenizatória em face do Município de Nova Iguaçu em razão de suposto erro médico ocorrido em unidade de saúde municipal, que teria gerado a morte de sua genitora, pleiteando o pagamento de danos morais no valor de 10 (dez) mil reais. Depois de contestada a demanda e encerrada a fase instrutória, o juiz reputou configurados os fatos constitutivos do direito alegado pelo autor, condenando o Município de Nova Iguaçu ao pagamento do valor de R\$ 50 (cinquenta) mil reais a título de danos morais. Nesse contexto, é possível afirmar que a sentença foi:

- a) válida
- b) nula por ser ultra petita
- c) nula por ser citra petita
- d) nula por ser extra petita

46. Acerca da edição de súmulas vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta.

- a) ainda que inexistam decisões sobre determinada matéria constitucional, o Supremo Tribunal Federal poderá criar súmula vinculante acerca de tal matéria, caso a julgue relevante.
- b) o Conselho Federal da OAB e seus órgãos seccionais são legitimados a propor a edição de enunciado de súmula vinculante.
- c) a vinculação sumular incide sobre a administração pública direta e indireta e os demais órgãos do Poder Judiciário, não podendo, porém, atingir o Poder Legislativo no exercício de sua função típica.

d) estão legitimados a propor a sua edição, exclusivamente, os legitimados para o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade, estabelecidos no artigo 103 da Constituição Federal.

47. Kleiton propôs ação indenizatória em face do Município de Nova Iguaçu em razão de suposta cobrança indevida de IPTU. Sem examinar a prova produzida nem apreciar nenhum dos fundamentos deduzidos na contestação, o juiz pronunciou, de ofício, a prescrição, extinguindo o processo por meio de sentença, contra a qual não foi interposto nenhum recurso no prazo legal. Nesse caso, é possível afirmar que a sentença:

- a) importou em resolução do mérito, fazendo coisa julgada material.
- b) não importou em resolução de mérito, nem fez coisa julgada.
- c) não importou em resolução de mérito, fazendo coisa julgada formal.
- d) importou em resolução do mérito, fazendo coisa julgada formal.

48. Teobaldo ajuizou ação na qual postulava a condenação do Município de Nova Iguaçu ao pagamento de indenização por danos materiais e morais em razão de fratura sofrida em decorrência de queda em um buraco numa calçada. O Município, apesar de regularmente citado, não apresentou contestação. Nesse contexto, é possível afirmar:

- a) o Município será considerado revel e contra ele presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas por Teobaldo.
- b) mesmo que as alegações de Teobaldo se mostrem inverossímeis, não poderá o juiz afastar os efeitos da revelia.

c) não se aplica ao Município o efeito material da revelia, nem é admissível, quanto aos fatos que lhe dizem respeito, a confissão, pois seus bens e direitos são considerados indisponíveis.

d) o juiz, em razão dos efeitos da revelia, deverá encerrar a fase probatória, dispensando a especificação e produção de provas das alegações do autor.

49. Delzilene ajuizou ação na qual postulava a condenação do Município de Nova Iguaçu ao pagamento de indenização por danos morais em razão de falhas na prestação do serviço de esgotamento sanitário em seu bairro. O Município, regularmente citado, deverá apresentar contestação no prazo de:

- a) quinze dias corridos
- b) quinze dias úteis
- c) trinta dias úteis
- d) trinta dias corridos

50. Judith, brasileira, é casada com Giuseppe, estrangeiro de nacionalidade italiana, ambos com residência na Espanha. Em um eventual divórcio, a partilha de bens situados no Brasil, nos termos do Código de Processo Civil:

- a) pode ser feita perante a autoridade judiciária da Espanha ou do Brasil, a escolha dos interessados.
- b) é competência da autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra.
- c) é competência da autoridade judiciária estrangeira, com exclusão de qualquer outra.
- d) é competência da autoridade judiciária estrangeira e depende de homologação judicial para surtir efeitos no Brasil.